



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 10ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE RONDÔNIA

EM: 07.05.2020

INÍCIO: 09h22min

PRESIDENTE: SR. LAERTE GOMES

SECRETÁRIO: SR. DR. NEIDSON

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, declaro aberta a 16ª Sessão Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 10ª Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura da ata da Sessão Extraordinária anterior.

O SR. DR. NEIDSON (2º Secretário) - Peço dispensa da leitura da ata, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Está dispensada a leitura da ata da Sessão anterior. Determino a sua publicação no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Passemos à Ordem do Dia. Solicito ao Senhor Secretário que proceda à leitura das matérias a serem apreciadas.

O SR. DR. NEIDSON (2º Secretário) - PROJETO DE LEI 479/20 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 46/2020. Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o valor de R\$ 11.693.607,80, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Eu vou suspender a Sessão por 5 minutos porque está faltando um deputado se registrar para dar o quórum necessário para deliberar as matérias. Se algum deputado está na Casa, favor vir registrar.

(Suspende-se esta Sessão às 09 horas e 23 minutos e reabre-se às 09 horas e 25 minutos)

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Estamos retornando à Sessão. Pessoal que está por videoconferência desligue o microfone agora, só ligar na hora em que for falar.

Como as votações são nominais, se algum deputado votar contrário, ele se pronuncia somente em caso de voto contrário, ok? Está ok?

O SR. JHONY PAIXÃO - Positivo, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Positivo.

A matéria, o Projeto de Lei 479/2020, essa matéria está sem parecer. Solicito ao Deputado Luizinho Goebel para proceder ao parecer. Isso aqui é uma sobra de R\$ 11 milhões... Isso aqui, Deputado Ezequiel, esta matéria está com parecer, isso aqui é uma devolução, também, de recursos de convênio aqui de Porto Velho, R\$ 11 milhões. A devolução deve ser para, apenas para devolver recursos extras.

O SR. EYDER BRASIL - Questão de Ordem. É isso: só devolução de recursos. Votamos esta semana.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Devia ter feito no prazo adequado, agora não dá mais. Deviam ter solicitado o uso do dinheiro no mesmo objeto. Para outra unidade ou fazer alguma coisa em mais unidades.

Nosso Deputado Ezequiel Neiva, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Senhor Presidente, trata-se do Projeto de Lei 479/20 do Poder Executivo/Mensagem 46/2020,

que aportou nesta Casa, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir Crédito Adicional Suplementar por Superávit Financeiro, até o valor de R\$ 11.693.607,80, em favor da Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS".

Vossa Excelência falou que seria uma devolução. Se for devoluções, poderia ter pedido uma ampliação de metas. Mas como já está assim do Poder Executivo, o nosso parecer, obedecendo aqui aos critérios do orçamentário e fiscal, nosso parecer é favorável ao projeto em questão.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em discussão o parecer do nobre Deputado Ezequiel Neiva. Não havendo discussão, encerrada a discussão. Em votação o parecer. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os deputados contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer do Deputado Ezequiel Neiva.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 479/2020, de autoria do Poder Executivo, Mensagem 46. Não havendo discussão, em primeira votação.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Só registra aí, meu nobre.

O SR. MARCELO CRUZ - Ah, vou registrar. Presidente, já que Vossa Excelência está falando comigo, eu gostaria que a Assessoria da última Sessão, que a gente fez...

Ah, já está... Muito bem, muito obrigado. Já ia cobrar. Obrigado, viu, Helder?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Antes de cobrar, registra, que Vossa Excelência não está no plenário ainda.

O SR. MARCELO CRUZ - Acabei de chegar, Presidente. O registro não está sendo *on-line*? Por que não pode ser também?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Não, não, não. Porque tem que ser presencial.

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 479/2020. Não havendo discussão, em primeira votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria.

O SR. DR. NEIDSON (2º Secretário) - PROJETO DE LEI 508/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 58. Autoriza o Poder Executivo a criar programas estaduais emergenciais e outros programas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no Estado de Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Essa matéria tinha sido relatada pelo Deputado Ismael Crispin, foi feito um pedido de informações. Ontem, foi protocolado um programa, até encaminhado, ainda não está no projeto, mas já está

aqui na Casa, que eu vou encaminhar para todos os deputados.

Então, eu vou redirecionar o relator novo, que está aqui na Sessão, para dar parecer pelas Comissões pertinentes, o Deputado Luizinho Goebel.

Eu vou encaminhar aqui a resposta deles, Deputado Luizinho, no seu Whatsapp, se Vossa Excelência quiser ler. Vê se chegou aí. Chegou aí agora.

Deputado Ismael Crispin, com a palavra.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Presidente, só para informar ao relator, que o projeto tem uma emenda. Com a exceção do encaminhamento, fora os pedidos de informação, o projeto tem uma emenda, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Então, o parecer do nobre Deputado é com emenda.

O SR. JAIR MONTES - Com emenda, Senhor Presidente. Depois explica para nós a emenda, por favor.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - É. Lê a emenda. E eu só gostaria de acrescentar aí uma emenda que, a pedido de nossa Assessoria Legislativa aqui... Ou melhor, vou fazer uma Indicação. Vamos fazer uma Indicação coletiva aqui, os Deputados, uma Indicação coletiva, para não partir desta Presidência. Uma Indicação ao Governo do Estado que cria um programa específico aos mototaxistas. Isso já foi feito aí. O Deputado Marcelo teve uma reunião com eles, e vamos fazer

essa Indicação para atender todos os mototaxistas do Estado de Rondônia.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Presidente.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. JAIR MONTES - Senhor Presidente, Senhor Presidente, Questão de Ordem.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Ismael Crispin, depois Deputado Cirone e depois Deputado Jair Montes. Os três...

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - E depois, o Deputado Chiquinho.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Ismael primeiro.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Para explicar a emenda, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Explique a emenda, então.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Como o projeto visa à distribuição de renda direta, nós estamos falando de dinheiro na conta dos beneficiários. A emenda, Senhor Presidente, visa proteger o beneficiário da instituição bancária. Caso esse beneficiário venha a ter algum débito com a instituição bancária, ele está protegido. A instituição bancária não pode usar esse recurso destinado pelo Estado aos beneficiários para subtrair para pagamento de débitos desse beneficiário com a instituição bancária. É isso que visa à emenda.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Só deixa ligado o microfone quem está falando.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Questão de Ordem, Presidente, para discutir o projeto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Cirone Deiró. Deputado Cirone. O restante dos parlamentares, desligar o microfone do celular ou do computador.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente, eu quero pedir vista desse projeto aí, viu?

O SR. CIRONE DEIRÓ - Eu estou no celular, mas o microfone está desligado, Presidente. Estava desligado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Fale Deputado Cirone.

O SR. JAIR MONTES - Deputado Laerte, Deputado Jair Montes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Cirone Deiró, depois Deputado Jair.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Eu só estava falando, Presidente, que meu microfone está desligado. Eu estou no celular, mas está desligado. Está tudo Ok. Alguém que está ligado aí, ok?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Está ok. Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES - Deputado Laerte, eu gostaria dessa indicação ao Governo do Estado que também complementasse os taxistas. Porque é indicação e o governo define o que vai fazer com os taxistas, tá?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Ok. Vamos fazer indicação coletiva.

Deputado Chiquinho da Emater.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Presidente, eu não vi ainda o que o governo mandou para cá. Foi ontem à tarde que eles mandaram o projeto e não deu para ver. Eu queria ver como está também para os municípios. Como seria essa distribuição para os municípios, se estão beneficiados.

A outra coisa é que eu queria também agradecer ao governo que as cestas básicas chegaram ao Rio Pardo. Na segunda-feira foram compradas 30 cestas básicas e já foram levadas 100 cestas. Vão ser 100 para um mês, para as pessoas que estão assentadas, que foram tiradas pelo Exército de uma reserva ali perto de Alto Paraíso. Então, queria agradecer e queria ver se os municípios estão beneficiados e também se todo Baixo Madeira está beneficiado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Luizinho Goebel para relatar o parecer. Depois que ele relatar os parlamentares podem...

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Presidente, eu vou resumir um pouco aqui. A Mensagem trata de uma solicitação de remanejamento de Autorização Legislativa de Recursos do Fundo de Amparo à Pobreza - Fecoep. Portanto, o governo criou um novo programa baseado, principalmente, na questão da pandemia e este novo programa se chamará Amparo. Programa Estadual de Transferência de Renda, benefício eventual temporário em pecúnia às pessoas afetadas pela crise social gerada pelo novo coronavírus - Covid.

Como é bem extenso o texto, então... Tem três situações: primeiro, o envio do projeto e a aprovação, que é o momento em que nós estamos vivendo; o segundo, a regulamentação do projeto; e o terceiro, a operacionalidade. Então, a questão do andamento do procedimento que vai atender direto às pessoas do Estado de Rondônia.

Respondendo aqui, resumidamente, a questão do Deputado Chiquinho. Então, Deputado Chiquinho, será administrado pela própria SEAS - Secretaria de Estado de Assistência Social; pela Secretaria de Saúde do Estado e, também, pelas Secretarias Municipais de Assistência Social dos municípios de Rondônia. Então, basicamente, esses serão os gestores do programa, esses três setores: saúde, assistência social estadual e assistência social dos municípios.

O Presidente Laerte fez o encaminhamento, que já foi proposto aqui pelo Deputado Marcelo, e também nós propusemos aqui, através de uma Indicação alguns meses atrás, que era a respeito de atender os mototaxistas, que foram atendidos por esta Assembleia Legislativa. E eu tinha uma ideia, Presidente, de colocar uma emenda para que em torno de 15% desse valor fosse repassado para as instituições filantrópicas do Estado. Entre elas a APAEs, centros de recuperação de dependência química e afins. E também, Deputado Chiquinho, Deputado Follador e demais deputados, eu tinha sugerido que a gente assegurasse parte desse recurso para ampliar o programa de aquisição de alimentos, que já existe pelo Governo do Estado.

Portanto, como o encaminhamento do Presidente Laerte de nós não colocarmos emenda, mas em contrapartida podemos fazer uma indicação.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Pode votar emenda, se algum deputado fizer isso.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Mas para não atrasarmos o projeto, então a gente faz uma indicação que eu tenho certeza que a Secretária de Estado, Primeira-Dama Luana Rocha, o Governo do Estado vai se sensibilizar com essa questão dos mototaxistas, com a questão da possibilidade de ampliação do Programa de Aquisição de Alimentos dos Pequenos Agricultores da Agricultura Familiar, que já são cadastrados no Estado e que nessas cestas básicas que serão passadas para as famílias, que venham os produtos de Rondônia, porque é uma forma de nós fomentarmos a economia. Ou seja, nós vamos gerar emprego no campo e, automaticamente, as pessoas que vão receber a cesta básica com produtos do hortifruti também vão ter a possibilidade de ter um alimento produzido por Rondônia, de primeira qualidade, um alimento que, muitas vezes, é colhido e vai estar fresquinho para ser consumido.

E a terceira, no caso, as entidades filantrópicas, porque hoje muitas dessas entidades vivem do apoio da própria sociedade, das empresas, das indústrias, dos autônomos, dos comerciantes, e hoje todos estão com muita dificuldade de manter os seus negócios. Então eles não vão ter condições, talvez, de ajudar essas instituições filantrópicas. Se o governo conseguir fazer um repasse para que essas instituições se mantenham vivas, com certeza vai ser muito importante, principalmente para as pessoas que dependem exclusivamente dessas instituições, como eu disse: APAE, Centro de Recuperação de Dependência Química, algumas outras ligadas à questão de profissionalização.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Algumas creches também, Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Creche e afins. Então essa é a ideia, mas eu concordo, pelo menos a minha sugestão, acompanho a sugestão do Presidente Laerte Gomes que é de fazer uma indicação ao Governo do Estado para que nós não tragamos nem um minuto de prejuízo no decorrer deste projeto. Até porque hoje é quinta-feira, não é dia de Sessão. Ontem à noite o Presidente da Casa convocou ou deputados para esta Sessão Extraordinária, que não é remunerada, ninguém está ganhando nada de remuneração para vir fazer votação extraordinária, mas é pela urgência do projeto que o governo encaminhou para atender a população de Rondônia. Então, é mérito de todos os deputados que já estão logo na primeira hora da manhã reunidos para aprovar esse projeto importante que significa mais de R\$ 60 milhões para as pessoas de baixa renda do Estado de Rondônia.

Então, portanto a matéria Presidente, ela é legal, regimental e constitucional e somos de parecer favorável à aprovação da matéria pelas Comissões pertinentes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Questão de Ordem ao Deputado Adailton Fúria.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Para discutir também, Senhor Presidente.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Eu discordo, Presidente. Eu discordo da indicação. Eu discordo tanto com Vossa

Excelência como do relator do projeto, tendo em vista que ano passado foi votado uma abertura de mais R\$ 40 milhões para a Secretaria de Assistência Social. Nós estivemos levando um ofício para atender o CERNIC de Cacoal com três salas de aulas, no valor de R\$ 300 mil, e até hoje nós não obtivemos nenhum tipo de resposta, sequer resposta. Então, nesse sentido, Senhor Presidente, ou faz a emenda ao projeto ou esquece esse negócio de indicação porque realmente não funciona.

O SR. MARCELO CRUZ - É isso que eu ia falar agora.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Vossa Excelência tem toda a liberdade parlamentar de fazer a emenda e colocar agora. Vossa Excelência quer fazer uma emenda?

O SR. ADAILTON FÚRIA - Presidente, como eu estou à distância e não estou acompanhando presencialmente, principalmente a questão dos mototaxistas que é algo que ficou discutido e que seria de suma importância, eu acredito que o Deputado Marcelo Cruz que está à frente, ele poderia fazer...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Marcelo.

O SR. JAIR MONTES - Questão de Ordem Deputado Jair Montes, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Jair já fala. Deputado Marcelo, Deputado Crispin e Deputado Jair.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente, em cima da fala do Deputado Fúria, muito bem falada, eu acho que esse projeto é muito importante para o Estado de Rondônia, verdadeiramente que sim. Mas, se a gente fizer uma indicação, isso não significa que vai ser feita as suas reivindicações, a nossa reivindicação. Eu acredito que tem que vir algum técnico ou vir o Chefe da Casa Civil para cá, para esta Casa, que dá tempo, para a gente discutir. Foi conversado na semana passada com os mototaxistas, com Vossa Excelência, agradeço mais uma vez a sua presteza. Eu estive lá no CPA junto com o Luís Fernando, junto com o Júnior Gonçalves, Chefe da Casa Civil e iriam fazer um estudo e até agora não foi apresentado. E esse estudo já era para estar incluso nesse projeto.

Então eu quero pedir de Vossa Excelência para suspender, para a gente discutir um pouco mais. Assim como o Deputado Adailton Fúria fez indicação, fez pedido e não chegou esse pedido, assim pode acontecer também com esse dinheiro que a gente vai votar agora, esses R\$ 60 milhões. Então, se não for discutido eu vou fazer o pedido de vista.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Na matéria não cabe pedido de vista, porque está em regime de urgência. Então nós vamos fazer... Só um momentinho. Nós vamos inverter a pauta, nós vamos chamar aqui... Líder do governo, ligue aí para o Chefe da Casa Civil para vir com os técnicos aqui, que é a solicitação do Deputado Marcelo Cruz e dos deputados, para poder fazer a explanação do projeto. O

deputado líder do governo tem essa... Nos dê a posição aí, Excelência.

Deputado Ismael Crispin, depois Deputado Jair Montes.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Senhor Presidente?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Pode falar.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Na semana passada nós fizemos um pedido de informação e eu quero agradecer aqui o empenho da Assembleia Legislativa, o compromisso da Assembleia Legislativa com o Estado de Rondônia. Cabe ressaltar Senhor Presidente, que o pedido de informação trazia 5 ou 6...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Só um momentinho. Só um momentinho Deputado Crispin. Eu gostaria que os deputados desligassem o microfone, só quem está falando ficar com o microfone ligado, do celular, por favor, senão dá interferência demais. Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Senhor Presidente, seguindo o raciocínio. Nós fizemos um pedido de informação que trazia 5 ou 6 questionamentos e recebi no dia de ontem 0,5% das informações, que é a informação do Programa Amparo.

Agora, veja, Senhor Presidente, eu quero abrir mão dos pedidos de informação que fiz, mas mesmo assim eu quero apontar algumas preocupações que tenho. Eu vi que o questionamento dos mototaxistas era questionamento nosso já

desde a semana passada. Me preocupa a velocidade de quem está...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Crispin, pode falar.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Acabou a internet lá no São Miguel.

O SR. EYDER BRASIL - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. JAIR MONTES - Deputado Laerte, Questão de Ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES - Deputado, deputados, eu estou aqui com o Governador neste momento, na Assembleia. Até bom, é muito pertinente agora. Dá para ver todo mundo aí ou não?

O SR. EYDER BRASIL - Sim. Dá para ver, sim. Bom dia, Governador.

O SR. JAIR MONTES - Dá para ver, Deputado Laerte?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Dá para ver. Dá para ver. Bom dia.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Está registrado? Deputado Adelino Follador.

O SR. JAIR MONTES - Está me ouvindo, Deputado Laerte?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Estou ouvindo. Estou ouvindo. Bom dia, Deputado Jair Montes. Bom dia, Governador Marcos Rocha.

O SR. JAIR MONTES - Eu estou com o Governador aqui agora. O Governador falou aqui, bem tranquilamente, falou: "Deputado, vamos trabalhar com a verdade. Eu não posso trabalhar aqui criando falsa expectativa".

Vamos lá. O Projeto da SEAS foi encaminhado a esta Casa, não tem como, infelizmente, não tem como nos atender com valor a maior, nenhum tipo de categoria. Até os taxistas, que eu pedi, não tem como. Todos têm que ser atendidos da mesma maneira. Essa questão é como se fosse uma espécie de auxílio-alimentação. Eu não tenho como dar auxílio-alimentação para um funcionário, servidor público...

O SR. ISMAEL CRISPIN - Senhor Presidente, eu preciso concluir a minha fala, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deixa o Deputado Jair Montes concluir - que caiu sua internet.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Senhor Presidente, para concluir a minha fala, então.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Ismael Crispin...

O SR. ISMAEL CRISPIN - Com todos esses questionamentos e para que a Assembleia Legislativa, para que os deputados não sejam tachados de impedir o prosseguimento de Projeto, e, de fato, já relatei isso na semana passada, que esse Projeto é um projeto importante, sim, para a comunidade rondoniense, mas ficam aqui esses alertas. Se esses municípios, que ainda não estão com declaração de estado de calamidade, em um ano eleitoral, recebendo recurso e fazendo distribuição gratuita, se as prefeituras não vão ter problema. Mas retiro e me dou por satisfeito com a pequena informação que o Estado deu, para que o projeto tenha condição de tramitar legal e ser votado, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado, Deputado Ismael Crispin. Deputado Jair Montes, para concluir. Deputado Jair Montes está com a fala.

O SR. JAIR MONTES - Presidente, está me ouvindo bem, Presidente?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Estamos ouvindo.

O SR. JAIR MONTES - Está me ouvindo bem?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Presidente, está me ouvindo?
Para registrar a minha presença aí.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Estou ouvindo.
Gente, os senhores deputados que estão em videoconferência,
por favor, quando tiver um deputado usando a palavra, não
liguem o microfone. Por favor.

Deputado Jair Montes.

O SR. JAIR MONTES - Presidente, eu estou aqui com o
Governador Marcos Rocha mandando um abraço para toda
Assembleia Legislativa. Estou na companhia do Chefe da Casa
Civil, Júnior Gonçalves, aqui no CPA. O Governador pediu
que não colocasse Emenda e a Indicação, também, para não
gerar, daqui a pouco, que o Governo do Estado não atendeu à
Assembleia e não atendeu aos mototaxistas, para não gerar
memes e também não gerar o desgaste desnecessário para o
Governo nem para a Assembleia.

Vamos lá. Em que sentido? Eu pedi, também, que
incluísse os taxistas, mas não tem como, porque aqui todo
mundo entra do rol de cidadão comum. O Estado está
ofertando R\$ 200,00 de auxílio a essas pessoas de
vulnerabilidade. Quando eu coloco duzentos para um e um
salário mínimo para outro, é a mesma coisa de a Assembleia

Legislativa dar R\$ 200,00 de auxílio-alimentação para um e mil para outro. Se aquele que ganha R\$ 200,00 vai para a Justiça, ganha tudo, acabou tudo. Então, vai gerar falsa expectativa.

Infelizmente, o Estado não tem condição de atender a nenhuma classe acima do que foi colocado. Essa é a resposta da Casa Civil e do Governo do Estado de Rondônia. O jurídico passou isso.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Não teria legalidade - não é, Deputado Jair?

O SR. JAIR MONTES - Não. Não. Não. Além de não ter legalidade. Além de não ter legalidade, vai gerar falsa expectativa, porque daqui a pouco vai sair um *meme*: "Assembleia indica um salário mínimo para o taxista e mototaxista e o Governador veta". Aí, veta não. Não dá. Aí, daqui a pouco vai dar o Governador como se fosse o cara ruim da história. Ele não quer isso. Ele falou: "Olha, eu quero tratar com a verdade". E nós estamos juntos. Governador, quer falar?

O SR. MARCOS ROCHA - Posso falar?

O SR. JAIR MONTES - Pode falar o Governador, Deputado Laerte?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Pode, pode. Pode, sim.

O SR. MARCOS ROCHA - Bom dia, Senhor Presidente. Bom dia a todos os deputados. Primeiro, obrigado pela prestatividade de estar presente nessa votação, num período extra, não remunerado. Parabéns aos deputados. Deputado Cirone está até comendo, tomando um cafezinho.

Então, o que é importante em tudo isso é que a gente vai, de fato, atender a população de forma igualitária. As pessoas que estão em vulnerabilidade, receberão, então, esse valor e nós estaremos todos em paz porque fizemos o que era justo para todos. Então esse foi o objetivo.

Seria muito importante os deputados, também, anunciarem, cada um em sua mídia, anunciarem este projeto que é tão importante para todas as regiões aqui do Estado. Está bom? Então se puder manter o projeto seco, sem emendas, vai ser muito mais fácil para se trabalhar aqui, porque já está tudo, praticamente, montado.

Eu acredito que o que o Deputado Crispin colocou, que seria de impedir as questões de filas nos Bancos - não é isso, Deputado?

O SR. ISMAEL CRISPIN - Isso. E tirar o dinheiro também, só...

O SR. MARCOS ROCHA - E não tirar o dinheiro...

O SR. ISMAEL CRISPIN - O benefício.

O SR. MARCOS ROCHA - Que o Banco não tire o benefício se aquela pessoa estiver devendo ao Banco. Que seja exclusivo para isso, sem que o Banco possa ter controle sobre esses recursos para serem depositados para essa pessoa... **(interrupção do áudio)**. Esse também, é excelente, de boa valia para proteger o cidadão de Rondônia.

Então eu fico muito agradecido... **(interrupção do áudio)**. A situação está grave aqui, está aumentando muito o número de casos de coronavírus, com mortes, inclusive, e é bom a gente, nós todos nos cuidarmos bastante... **(interrupção do áudio)**. Principalmente quem passou aí dos 60 anos. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado. Obrigado. Questão de Ordem para o Deputado Ezequiel Neiva.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Presidente, uma Questão de Ordem só para aproveitar a participação do Governador, ali junto com o Deputado Jair Montes, que está ao vivo, lá, e também o Deputado Ismael Crispin, que está *on-line*, ao vivo, nos acompanhando.

Nós temos, Senhor Governador, um pedido de vista, aqui nesta Casa, de um projeto interessantíssimo porque o Deputado Ismael Crispin havia feito, a Casa Civil havia feito o compromisso de encaminhar para esta Casa o Projeto da irredutibilidade dos policiais civis. E em contrapartida, nós temos aqui um projeto que é o VPNI dos policiais militares inativos, que, segundo o texto final da Lei que foi aprovada ontem, no Congresso, senhores deputados e o Deputado Ismael Crispin, a quem eu quero me dirigir agora, Deputado Ismael Crispin, da sua

sensibilidade, porque no texto que foi aprovado ontem, lá, que segue para sanção do Presidente, no texto final da lei diz que "terão aumento as categorias dos policiais militares e saúde, desde que diretamente envolvidos no combate à pandemia do Covid-19." Ou seja: os policiais da Reserva, que estão aposentados, não estão envolvidos no Covid-19. Então se o Presidente sancionar, Deputado Crispin, essa lei, antes de terça-feira, ou seja, depois disso, nossos policiais militares da Reserva vão ficar 2 anos aí para poder ter isso que eles perderam no mês passado.

Eu gostaria de contar com a sua sensibilidade de abrir mão dessa vista e a Assembleia votar hoje este projeto da VPNI para que 2 mil famílias não fiquem neste prejuízo, e que o Governador, que está nos ouvindo ali, que já havia feito esse compromisso antes pela Casa Civil, assuma o compromisso com você agora, de que no início da semana esse projeto da Civil também esteja nesta Casa para que nós possamos apreciar na próxima Sessão. E que Vossa Excelência, Deputado Crispin, libere a vista hoje, para que os policiais não corram o risco de ficarem 2 anos sem o aumento, haja vista o Governo, o Presidente Bolsonaro pode sancionar isso de hoje para amanhã, não sei. Gostaria de contar com a vossa sensibilidade nesta questão, mais uma vez, Deputado Crispin.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Marcelo.

O SR. MARCELO CRUZ - Só para deixar, tem uma notícia aqui - que me mandaram, os mototaxistas -, que o Senado vai votar um auxílio de R\$ 600 para os taxistas, mototaxistas e motoristas de aplicativo. Está certo? Em reunião com os líderes do Senado e da Câmara, eles vão votar esse projeto de pagamento de auxílio emergencial de R\$ 600 durante a pandemia do coronavírus aos trabalhadores de outras categorias. Não está regulamentando, mas, se eles estão fazendo, a gente já pode fazer. Têm outros Estados que estão fazendo. Basta a gente sentar com o Jurídico e a gente achar uma saída, Presidente. A gente precisa achar uma saída. Se a gente está aqui para votar, vamos votar. Mas a gente está aqui, a gente não está aqui para trabalhar? Vamos esperar um pouquinho mais. Uma hora, duas horas, vamos nos sentar com o Hélder aqui, com o nosso Jurídico, o Jurídico lá do Governo do Estado. A gente precisa dar uma resposta para essa categoria tão sofrida. É diferente de outras categorias.

Então eu quero pedir de Vossa Excelência uma sensibilidade. Eu entendo o Governo do Estado de Rondônia. Eu ouvi ele - a gente é a base do governo -, mas a gente tem o compromisso com as pessoas que nos colocaram aqui. Então eu peço, encarecidamente, de cada parlamentar, que nos ajude, porque esta não é uma causa só do Deputado Marcelo Cruz. Eu tenho certeza de que cada deputado aqui tem um amigo mototaxista.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Qual a sua sugestão?

O SR. MARCELO CRUZ - A minha sugestão é para a gente sentar e achar... eu não sou formado em Direito...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Não, mas a sua sugestão?

O SR. MARCELO CRUZ - A minha sugestão é que a gente crie um auxílio diferenciado para essa categoria. Assim como o Senado, assim como a Câmara Federal.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado, Questão de Ordem. Quem? Deputado Ismael Crispin?

O SR. ADAILTON FÚRIA - Adailton Fúria, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Pode falar. Deputado Adailton Fúria, pode falar.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Presidente, nesse sentido aí, é importante o esclarecimento que o Deputado Jair fez, no sentido da legalidade, porque realmente ali o recurso será direcionado a pessoas. Então, você não pode ter essa disparidade: um grupo de pessoas recebendo um valor menor, e outro grupo recebendo um valor maior. Aí deveria sim o governo mandar um projeto, separado, para a Casa, tratando justamente das categorias. Entendeu? Que não seria o caso desse projeto.

O SR. MARCELO CRUZ - Inclusive, Deputado Fúria, tem mototaxista que quando ele vai fazer o imposto de renda

dele anual, ele ultrapassa. Quando ele faz o cadastro pelo Governo federal, Presidente, ele não consegue receber o auxílio, justamente porque a renda dele é um pouco maior.

O SR. JHONY PAIXÃO - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Jhony Paixão.

O SR. JHONY PAIXÃO - Presidente, obrigado desde já. Já de antemão agradecer aí a Assessoria do Governo do Estado, parabenizar ele aí neste momento, por pensar de forma igualitária, mas alguns pontos devem ser colocados neste momento, como o Deputado Marcelo Cruz fez, como o Deputado Crispin também fez. Essa categoria, que é a dos mototaxistas, a grande maioria não está no Cadastro Único. Não estão inseridos em programas sociais, e são os profissionais mais afetados pela Covid. Todos os outros profissionais voltaram a trabalhar, talvez em 30% ou 40%. Esses profissionais, em especial os mototaxistas, são os únicos que, até o momento, não puderam retomar as suas atividades, nem em 10%, Senhor Presidente. Logo, essa categoria dos mototaxistas, ela sim, felizmente ou infelizmente, ela se difere de todos os outros profissionais neste momento. Todas as outras categorias retomaram as suas atividades laborais, no pouco ou no muito, mas os mototaxistas, neste momento, estão completamente impedidos de circular, seja com 10%, ou 20%.

Então, acredito sim que nós temos aí embasamento legal para que nós possamos atender essa categoria de uma forma

diferenciada. Isso não é nem questão de legalidade, isso é questão de cidadania e humanidade.

O SR. EYDER BRASIL - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. JAIR MONTES - Questão de Ordem, Presidente.
Deputado Jair Montes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Na lista. Estou botando pela lista, pelo tempo de pedido. Deputado Jair Montes, depois Deputado Eyder.

O SR. EDSON MARTINS - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Quem pediu Questão de Ordem? Depois, o Deputado Edson.

Deputado Jair, pode falar.

O SR. JAIR MONTES - Sou eu agora? Presidente, vamos lá. Ainda bem, graças a Deus que eu estou aqui com o Governador Marcos Rocha, e está ouvindo tudo, junto com o Chefe da Casa Civil, a gente já está atrasado na questão do plano de ajuda humanitária às pessoas que precisam, que são as pessoas de vulnerabilidade. Quando eu falo isso, eu agradeço ao Deputado Fúria. Quando eu falo isso, foi o que aconteceu na Câmara de Vereadores, quando era vereador. O administrativo recebia R\$ 500,00 de auxílio-alimentação e os gabinetes recebiam **(falha no áudio)** R\$ 200. Agora, todo mundo entrou na Justiça, aí o Judiciário está mandando

pagar o maior, está mandando pagar os R\$ 500,00 para todo mundo, porque é isonomia. O que um ganha, o outro ganha. Nós não estamos aqui olhando agora a classe, infelizmente eu quero que o mototaxista, como eu também quero o taxista, mas nós estamos olhando agora as pessoas. Infelizmente, se a gente mexer nesse processo, vai atrasar... O Governador **(falha no áudio)** famílias beneficiadas nesse programa. Agora, 11 horas, a Secretária Luana Rocha vai se reunir com a sua equipe, para colocar os CRAS para fazer, para registrar e fazer esse trabalho de cadastramento pelos municípios, também os prefeitos. Esse é um complemento pelo Governo federal que vai ser dado em Rondônia. Então, a gente tem que ter muito cuidado para a gente também não tentar colocar emenda, e a gente vai acabar atrasando tudo e não vai saindo nada. E fica ruim para a Assembleia e para os Deputados. Está certo?

Da questão da Polícia Militar, o Governador ia falar. Aí entrou o Deputado e falou. Mas se vocês quiserem que o Governador fale alguma coisa, agora ou depois, daquela questão dos 9,5% que o Deputado Ezequiel explicou tão bem, e da irredutibilidade também dos policiais civis. Está certo, Presidente? Que o Governador falou que tudo é extremamente importante.

O SR. EYDER BRASIL - Questão de Ordem.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Eyder.

O SR. EYDER BRASIL - Com licença, Deputado Cirone, rapidinho, só fazer uso da fala. Primeiramente parabenizar o Governo do Estado de Rondônia por ter atendido vários pedidos de Indicações desta Casa de Leis. Tenho certeza que não foi um nem foram dois, que os pedidos vêm de todos os lados, de todas as macrorregiões e microrregiões do Estado de Rondônia. Então, dizer que nós votaremos favorável. Entendemos a necessidade de todas as categorias, em especial a categoria dos mototaxistas, como muito bem o Deputado Jhony Paixão, como muito bem está sensibilizado o Deputado Marcelo Cruz, em prol dessa categoria. Agora, o que esta Casa não pode, Deputado Marcelo, e aqui eu entendo e espero que Vossa Excelência também entenda, é atrapalhar um todo neste momento tão crítico dessa pandemia...

O SR. MARCELO CRUZ - Quem está atrapalhando um todo, Deputado? Não, não, vou dizer por que o senhor me citou!

O SR. EYDER BRASIL - Não, não... Esta Casa...

O SR. MARCELO CRUZ - Eu não estou atrapalhando. Aí daqui a pouco a mídia coloca uma coisa que eu estou atrapalhando a votação. Eu estou pedindo para a gente se reunir e a gente chamar os técnicos. Não vem dizer que eu estou atrapalhando não!

O SR. EYDER BRASIL - Não, eu estou falando que esta Casa... Deputado Marcelo, só um instante.

O SR. MARCELO CRUZ - Assim não!

O SR. EYDER BRASIL - Deputado Marcelo, eu falei que esta Casa...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Conclua, Deputado.

O SR. MARCELO CRUZ - Eu não estou atrapalhando!

O SR. EYDER BRASIL - Deputado, eu não falei que o senhor está atrapalhando. Eu falei que esta Casa... Porque a sua vontade... Eu estava na reunião com os mototaxistas, o senhor sabe que eu me comprometi. É a vontade do Presidente, esta Casa, e aqui eu falo: os 24 deputados estão todos sensíveis a ajudar. Assim como fez o Congresso, o Senado e Câmara Federal que deixaram que o projeto de transferência de renda do Governo Federal, dos R\$ 600, R\$ 1.200, podendo chegar até a R\$ 1.800,00, passasse. E agora está propondo um projeto específico para essa categoria, como muito bem Vossa Excelência trouxe aqui nesse dia. Então, que possamos seguir o mesmo caminho, Presidente, e votarmos hoje essa questão desse projeto que já está nesta Casa tramitando e por isso nos reunimos e, assim como Vossa Excelência bem indicou, sentarmos os técnicos tanto da Assembleia, quanto do Governo do Estado com a Procuradoria, e buscarmos um meio legal de nós, em conjunto, apoiarmos a categoria dos mototaxistas. Acredito que esse é o encaminhamento.

Só para concluir, Presidente, eu gostaria de fazer referência à fala do Deputado Ezequiel Neiva, e buscar

sensibilizar o nosso amigo e Deputado Ismael Crispin, que é um grande defensor da segurança pública aqui no nosso estado, a questão do VPNI, que realmente possa verificar a possibilidade, Deputado Ismael Crispin, de devolver à tramitação desse projeto do VPNI para que nós possamos prestigiar e não deixar prejudicar mais de 2000 famílias.

O SR. MARCELO CRUZ - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. EDSON MARTINS - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Edson Martins, depois Deputado Marcelo Cruz.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Estou inscrito na Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ALEX REDANO - Senhor Presidente, gostaria somente de registrar minha presença, por favor, Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Registra a presença do Deputado Alex Redano.

Só para colocar aqui, para deixar as coisas nos seus devidos lugares. O Deputado Marcelo, em momento nenhum, Deputado Eyder, Vossa Excelência citou ele, o Deputado Marcelo está exercendo seu papel parlamentar. O Deputado Marcelo fez uma reunião com os mototaxistas aqui, assumiu um compromisso com a categoria, nós juntos, inclusive.

Então ele está defendendo simplesmente a pauta que ele trouxe a esta Casa e esta Casa, juntamente com ele e com Vossa Excelência, que participou, e os demais deputados, fez com a categoria dos mototaxistas. Que eu entendo que é uma categoria, como foi falado, Deputado Jhony falou muito bem, que passa por um momento diferente.

Então, de forma nenhuma, nenhum deputado que está trabalhando quer prejudicar o governo. Nós queremos contribuir e o Deputado Marcelo tem feito isso. Só para deixar colocado, porque, às vezes, o que a gente fala aqui sai diferente lá fora. Então, tem que tomar muito cuidado com as palavras, medir as palavras que a gente fala para não sair uma coisa aqui e o pessoal deturpar lá fora e daqui a pouco virar *meme* e bota alguém, uma pessoa que não falou nada, dizendo que falou isso.

Então, só para colocar aqui os fatos, Deputado Marcelo e Deputado Eyder, a gente tem que tomar muito cuidado. Mas o Deputado Marcelo tem a prerrogativa parlamentar dele e está defendendo uma causa e uma bandeira junto a uma categoria.

Outra questão: o VPNI não está na Ordem do Dia. Eu não ouvi atentamente o Deputado Jair Montes, porque estava muita interferência, então não sei se o Governador Marcos Rocha - está nos ouvindo, Governador? -, junto com a Casa Civil assumiu o compromisso de mandar para esta Casa o projeto de irredutibilidade da Polícia Civil, porque é um compromisso e eu não posso colocar o Deputado Ismael Crispin nessa situação, que é até um pouco constrangedora. Se tiver o compromisso do Governador, de encaminhar para esta Casa o projeto da Polícia Civil, eu vou dar a oportunidade do Deputado Ismael Crispin abrir mão da vista ou não. Se não tiver o compromisso eu nem vou dar essa

oportunidade para ele, porque eu tenho que respeitar o parlamentar e a matéria não está na Ordem do Dia.

Deputado Edson Martins.

O SR. EDSON MARTINS - Senhor Presidente, eu queria cumprimentá-lo, cumprimentar os deputados presentes, os deputados que estão participando por videoconferência nesse momento de apreensão, eu acho uma boa participação, vários, todos os deputados preocupados nesse momento.

Presidente, eu queria ressaltar aqui que ontem eu fui procurado por uma pessoa desesperada, que disse que tinha a amiga e o irmão com suspeita da Covid-19. E eu pude participar um pouco do desespero dessas pessoas e eu gostaria, Presidente, de fazer um pedido aqui - e cumprimentar também o Governador que está participando - dos profissionais da área de saúde, que as pessoas, às vezes, não têm a quem recorrer. Eu passei, no momento, para ela o telefone, o 0800, onde eles podiam solicitar para fazer o teste e eles falaram que já estavam insistindo por algumas vezes e não conseguiam ser atendidos.

Então, as pessoas não estão tendo muito a quem recorrer. De repente, pode ser que tenha, porque ainda não tem uma vacina, um medicamento eficiente no tratamento da Covid-19, mas possa ter algum procedimento que possa ser feito e eu tenho acompanhado muitos comentários, Deputado Dr. Neidson, que é o profissional dessa área, às vezes existe algum procedimento que as pessoas possam fazer, instruídas por profissionais da saúde, que venha amenizar essa angústia das pessoas que não sabem a quem recorrer.

Semana passada nós tivemos um caso de falecimento do Almir Candury, um histórico na política, e em seguida, na

outra semana, o filho dele que estava acompanhando também, veio a óbito. Então, nós sabemos que não é brincadeira, ele é realmente altamente contagioso, esse vírus, e as pessoas não têm a quem recorrer porque hoje até os profissionais da área de Saúde, se não estiverem realmente muito bem instruídos e bem equipados, eles vão evitar de ter contatos com essas pessoas.

Então, Governador, através da Secretaria de Saúde, dos profissionais de saúde, se puderem fazer vídeos instruindo as pessoas a como proceder, a quem se dirigir neste momento de isolamento, nesse momento de apreensão, eu gostaria de deixar esse pedido.

E gostaria também, Presidente, aqui até elogiar Vossa Excelência que até antes mesmo dessa pandemia já havia tomado medidas de fazer uma economia nesta Casa para que pudesse se reverter em favor dos municípios, em favor da população, em forma de benefício, o recurso da economia da Assembleia Legislativa. E Vossa Excelência recentemente anunciou R\$ 1 milhão para cada parlamentar, que pudesse estar colocando à disposição como emenda.

Eu gostaria, Presidente, neste momento, a gente conversar posteriormente, ver a possibilidade desse recurso, da minha parte eu queria disponibilizar 100% desse recurso para atender a saúde nesse momento crítico. Colocar à disposição dos municípios que tiverem a necessidade de respiradores, de máscaras, de qualquer que seja o atendimento que vier amenizar o sofrimento a salvar vidas nesse momento, eu gostaria de colocar esse recurso à disposição.

Está circulando na rede social um vídeo que também me chocou muito, a situação que se encontra o Cemetrón, um hospital de referência do Estado e que precisa, realmente,

de um socorro imediato. E que esse recurso também possa ser revertido em favor do Cemetrôn para que ele possa continuar o bom atendimento que sempre fez à população.

Então eu gostaria, Presidente, de elogiar Vossa Excelência por essa medida, até mesmo antes da pandemia já vinha fazendo essa economia e continua ainda agora com muito mais austeridade, fazendo economia aqui na Casa, tomando medidas para que possam os recursos desta Casa se reverterem em benefícios para a sociedade e salvar vidas neste momento. Então, eu gostaria de deixar esse pedido aqui, Presidente, a minha disposição é esse R\$ 1 milhão da minha parte, e está à disposição das Secretarias Municipais de Saúde do Estado para que possa, realmente, ajudar a salvar vidas. E se o Estado, através da Secretaria, dos profissionais de saúde, puder fazer alguma coisa no sentido de orientar essas pessoas de como prosseguir, eu gostaria de deixar esse pedido, Senhor Governador, para que pudesse realmente os profissionais de Saúde orientar as pessoas. Muito obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Marcelo.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Senhor Presidente, eu estou inscrito na Questão de Ordem também.

O SR. MARCELO CRUZ - Presidente, eu fui citado aqui pelo Deputado Eyder, a gente já conversou aqui, e o meu pedido aqui não é que eu estou atrapalhando, eu queria só

que adiasse, Deputado, para que a gente discutisse um pouco mais, mas que fosse votado hoje. Porque foram, eu acho que a maioria dos deputados sabe que muitos receberam o auxílio de R\$ 200,00 e os mototaxistas não receberam. Por quê? Porque na hora que você faz o seu imposto de renda você fica numa faixa, o Deputado Aécio que é economista sabe mais do que eu. Então a grande maioria dos mototaxistas, quando eles registram, faz o seu imposto de renda, eles colocam lá R\$ 3.500, R\$ 4.000 por mês, e isso vai dar quanto no final do ano? Então eles não são inclusos. Então, é por isso que eu estou pedindo tanto do Governo do Estado de Rondônia para que nós possamos sentar.

Mas, Presidente, eu recebi uma mensagem agora do Chefe da Casa Civil, e eu não pude atender o Governador porque a minha internet está ruim, que agora às 11 horas vai ter uma reunião com os representantes dos mototaxistas. Ontem ele tinha falado comigo dessa reunião, mas só porque a gente não teve um encontro aqui, foi uma informação cruzada que a gente não conseguiu se entender e a gente conversou aqui agora, às 11 horas agora, da manhã, a gente vai ter uma reunião na SEAS para a gente sentar em uma mesa redonda junto com os técnicos da SEAS. E eu espero que não fique só em falácias, só em palavras por estar assumindo o compromisso de a gente achar um caminho para esses profissionais autônomos aí. Está bom?

Obrigado a todos os deputados e eu convido a todos os deputados porque essa causa não é minha, inclusive eu fiz até...

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Eu posso acrescentar na sua fala, se Vossa Excelência me permitir.

O SR. MARCELO CRUZ - Claro, meu Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Até, inclusive, o Governador, até é importante o Governador estar aqui vendo qual é o debate aqui, não tem ninguém contra ou a favor, está todo mundo querendo ajudar, isso é um ponto que é a questão do Deputado Marcelo. Nós temos um Fundo no Detran que uma parte dele, uma parte desse recurso do Fundo do Detran pode ser usado para isso, porque é uma categoria ligada, tem ligação. A gente pode autorizar isso, de criar um programa específico para essa categoria dos mototaxistas, de repente até com esse Fundo do Detran. Então, tem várias alternativas. Eu não vou estar aqui, eu tenho um compromisso à tarde em Ji-Paraná, mas Vossa Excelência pode levar isso também. Inclusive o próprio Tribunal de Contas tem orientado a usar esse recurso do Detran para o Covid-19 para poder... O Deputado Jair esteve lá comigo ontem, Deputado Ezequiel, o Tribunal de Contas mesmo orientando que pode usar esse recurso do Fundo do Detran, uma parte dele desvincular, para poder fazer essa ajuda às pessoas. De repente, pode usar esse Fundo, que tem tudo a ver Detran com mototaxista, criar específico para eles porque essa categoria, eles não tem piratas, porque é muito simples, é só pegar os cadastros na prefeitura e sabe quem são os mototaxistas. Então só vai atender a categoria específica. Então só para Vossa Excelência colocar isso na reunião, que também tem essa alternativa, que é do Fundo do Detran.

O SR. MARCELO CRUZ - Obrigado, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Jair. Eu só queria...

O SR. CIRONE DEIRÓ - Questão de Ordem, Presidente. Deputado Cirone Deiró.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Deputado Adelino.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - O Deputado Adelino Follador.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Ismael Crispin também, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Adelino, Deputado Cirone e Deputado Crispin.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Eu quero cumprimentar todos os deputados aí presentes, principalmente o Presidente Laerte, dizer que nós estamos aqui muito preocupados. Os mototáxis aqui de Ariquemes também estão cobrando muito da gente. A situação deles é muito difícil, que eles não conseguem trabalhar. E tinham uma renda, não tem. É bom que o Governador - cumprimentar o Governador, também, que está nos ouvindo.

E nós temos, também, outro problema bastante grave, que são os taxistas. O traslado hoje, o pessoal que faz o traslado, só pode andar o motorista e dois passageiros. E dobrou o valor da passagem. O pessoal não está aguentando

pagar. Agora, a Agero suspendeu a obrigação das empresas fazer os horários para os municípios. Então já tinham poucos ônibus nesses municípios, principalmente menores, e agora quase não tem nenhum. E, aí, a salvação é o traslado através do taxi. E esse pessoal não pode continuar andando só com dois passageiros na parte de trás. Por que não tem mais um do lado do motorista, ser três passageiros, que aí fica mais barata essa passagem. Então tem que lembrar também dessa categoria - o Presidente lembrou lá do Detran - de repente, para poder baratear essa passagem, porque o povo não está aguentando mais pagar o valor da passagem. Então a categoria também que está sendo...

E eu quero falar, Governador, deputados, que esse Projeto - nós já estamos há tanto tempo já discutindo - teria que ter passado pelo Conselho, já ter essas propostas mais concretas. Já ter uma..., para saber o que é que nós poderíamos, qual o público que seria atendido. Porque se já tivesse as regras dentro da legalidade, mais detalhado, nós teremos mais facilidade de nos posicionarmos nesse momento. Mas, tendo em vista essa situação que criou, nós temos que dar um voto de confiança, eu acho que tem alguns deputados participar lá no Conselho junto com essa equipe da SEAS e montar isso o mais rápido possível. A população não aguenta mais. Têm muitas pessoas que estão desesperadas, sem alimentação em casa.

Então, acho que, nesse momento, nós temos que dar um voto de confiança para o Governador, já que ele está aí assumindo pessoalmente - eu tenho certeza que a Luana também, a Secretária, está sensível. E fazer a coisa dentro da legalidade, aquilo que é possível. Nós não podemos mais adiar. Então eu sou favorável que a gente aprove, dê o voto de confiança para o Governador, que está aí pessoalmente,

que é muito importante que ele está aí pessoalmente se colocando a disposição e preocupado com essa situação.

E eu tenho certeza, junto com a equipe da SEAS, junto com a Assembleia Legislativa, vão arrumar um caminho para atender essas pessoas que mais necessitam no Estado de Rondônia nesse momento. Então é um projeto importante. Parabenizar o Governo por ter mandado esse projeto. Mas está atrasado e nós também temos que não atrasar mais, no meu ver, deputados, se puder agilizar. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado, Deputado Adelino Follador. Deputado Cirone Deiró. Deputado Cirone, depois Deputado Crispin.

Eu só queria, antes do Deputado Cirone, eu não entendi aí, o Governador e o Deputado Jair, que está aí, a questão do projeto de irredutibilidade da Civil. Está ok, como é que está?

Deputado Cirone, pode falar, depois Deputado Jair responde, antes do Deputado Crispin.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Eu quero aqui cumprimentar o Senhor Presidente Deputado Laerte Gomes, os nossos colegas deputados, o Governador do Estado, que está presente nesta Sessão, *on-line*. E quero aqui parabenizar o Deputado Marcelo Cruz pela defesa dos mototaxistas e agora aí, como o Deputado Adelino falou, os mototaxistas do Estado de Rondônia. Essas categorias têm sofrido realmente, mas eu vejo que, se nós colocarmos essa Emenda, nós iríamos retardar esse processo e têm muitas pessoas vulneráveis que estão precisando dessa verba, que a SEAS vai passar para eles, para fazer compra, para alimentar seus filhos.

Então obrigado, Deputado Marcelo Cruz. E a ideia brilhante, Presidente, que o senhor teve, de a gente usar esse Fundo do Detran. O Detran é um órgão que arrecada bastante, um órgão que pode contribuir, já que o mototaxista e o taxista estão ligados. Então, parabéns, Presidente. E aí, fica aí o compromisso do Governador, junto com a Casa Civil, de mandar paralelamente um projeto que nós possamos atender essas duas categorias. Então fica aí, nós vamos votar esse projeto. Eu sou de acordo em votar, desde que tenham esse compromisso de assumir pelo Governador e pela Casa Civil de atender a categoria dos taxistas e dos mototaxistas. Obrigado, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Ismael Crispin.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Senhor Presidente, eu quero retornar à fala do Deputado Ezequiel Neiva, meu parceiro. E eu sei que tanto o Deputado Ezequiel quanto os demais colegas sabem do nosso comprometimento enquanto parlamentar e da nossa responsabilidade na questão legislativa. A gente tem a questão da VPNI (Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada). Eu, claro, tenho situações dentro de casa que envolvem o VPNI. De terça-feira para cá, só eu sei o quanto tenho apanhado em virtude de ter pedido vista neste projeto, mas enquanto parlamentar, nós temos algumas ferramentas a serem utilizadas, também visando alcançar alguns objetivos. Na questão da sensibilização, Deputado Ezequiel, quem vai me sensibilizar é o Governador do Estado, porque ainda ontem, e antes disso, já foi circulado documento oficial da SESDEC, assinado pelo nosso Secretário Adjunto, Dr. Hélio Gomes; o Governador, acredito, tem em

mãos; o Secretário da Casa Civil tem em mãos; o Presidente da Assembleia o tem, o Deputado Jair Montes, que está ao lado do Governador, nesse momento, também tem o documento que declara que a questão da irredutibilidade não traz nenhum impacto financeiro ao Estado, não há como vislumbrar impacto se o Estado não está se comprometendo em dar aumento para ninguém. O momento de discutir o impacto será quando e sabe Deus, com a crise em que nós estamos, o Estado for discutir, a possibilidade de um aumento. Então, fica aqui, Governador, aproveito a oportunidade em que o senhor está nos assistindo, e a questão da sensibilização quem faz de verdade, é Vossa Excelência. E eu tenho certeza de que o Estado só tem a ganhar com a aprovação do VPNI. Nós vamos estar corrigindo uma injustiça cometida com os nossos veteranos da Polícia Militar, da mesma forma, votando o projeto de irredutibilidade também foi uma injustiça cometida aos nossos agentes de polícia civil no passado. Essa é uma questão que nós já tratamos na Casa Civil, é possível resolver. Eu quero ser sensibilizado. Sendo sensibilizado, Senhor Presidente, não tem problema nenhum em abrir vista desse procedimento hoje. Fiz ontem, ainda, uma emenda nesse projeto do VPNI, preocupado em aprovando o projeto, que essas pessoas não tivessem direito de receber o retroativo, aquilo que já foi descontado, então indico lá uma emenda para que eles recebam o retroativo também. Então demonstra que a minha preocupação é responsabilidade.

Agora quero, e diria, com a palavra, Sua Excelência, o Governador do Estado, quero sim, ser sensibilizado hoje e poder votar o VPNI também.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Jair Montes.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Só uma Questão de Ordem, Presidente, para aproveitar que o Presidente vai falar. A respeito da nossa Polícia Civil. A questão da irreduzibilidade. Realmente, seria importantíssimo nós fazermos isso. É uma questão de justiça por essa categoria. Eu, por muitas e muitas vezes, há muitos anos, tenho trabalhado e, infelizmente, a categoria da Polícia Civil não teve sucesso. Nós não tivemos os avanços dos governos anteriores. Eu gostaria muito que o Governador Marcos Rocha desse essa oportunidade para esta honrosa categoria. Porque eu tenho certeza de que tanto a proposta que está aqui da Polícia Militar, também merece a nossa Polícia Civil. É uma forma de nós contemplarmos nesse momento as duas Polícias.

Então fica aqui o meu pedido especial ao nosso Governador Marcos Rocha que neste momento participa de uma Sessão inédita de um governo na história do Estado de Rondônia, que é uma Sessão *on-line*. Então, Governador, nossos cumprimentos e aqui, simplesmente reafirmo o pedido de contemplação da nossa Polícia Civil com essa proposta de irreduzibilidade. Obrigado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Jair Montes. Está *on-line*, Deputado Jair?

O SR. JAIR MONTES - Oi, Presidente.

O SR. ALEX REDANO - Presidente, quando possível, gostaria de uma Questão de Ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Jair Montes, o Deputado Ismael Crispin está com um pedido de vista vigente sobre a questão os 9,5% da PM. Não sei se o Governador está com você ainda.

O SR. JAIR MONTES - Correto.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - O Governador está aí, não é? Está nos ouvindo?

O SR. JAIR MONTES - Está acompanhando. Ele só foi aqui e já volta.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - O Deputado Ismael Crispin solicitou do Governador...

O SR. JAIR MONTES - Deputado Laerte. O senhor pede, Presidente, pede para outro deputado falar e me dá 3 minutinhos que o Governador já volta e já ouve.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Tá. Mas só para você colocar para o Governador, o Deputado Crispin libera a matéria se o Governador...

O SR. JAIR MONTES - Calma, calma. O Governador não está ouvindo. Ele foi aqui e já volta.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Você já passa para o Governador. A matéria só entra em pauta, a matéria só entra em pauta...

O SR. JAIR MONTES - O Chefe da Casa Civil está ouvindo. Pode falar.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Jair, por favor. A matéria só entra em pauta se o Governador assumir o compromisso de mandar o projeto da irredutibilidade para esta Casa. Deputado Alex Redano, nós vamos deliberar matéria aqui.

Deputado Marcelo, está ok? Suas dúvidas foram tiradas?

O SR. MARCELO CRUZ - Sim, eu tirei.

O SR. ALEX REDANO - Posso falar, Presidente?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente)- Eu vou dar a palavra para o Deputado Alex, que não falou ainda, depois nós vamos, depois nós vamos votar a matéria. Deputado Alex Redano.

O SR. ALEX REDANO - Senhor Presidente, eu não consegui ouvir o senhor.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Vossa Excelência pediu Questão de Ordem, está com a palavra. Vossa Excelência pediu Questão de Ordem?

O SR. ALEX REDANO - Sim, sim, senhor. Agora está ok. Obrigado. Senhor Presidente, nobres companheiros, eu quero aqui, Senhor Presidente, parabenizar Vossa Excelência pela sensibilidade em rapidamente marcar esta Sessão Extraordinária *on-line*. Hoje estamos aqui discutindo e votando assuntos importantíssimos para este Estado. Também parabenizar a presença do Governador Marcos Rocha. Essa presença tem um simbolismo muito importante para o Parlamento. Eu queria também parabenizar o Deputado Marcelo, o Deputado Crispin, o Deputado Adelino, o Deputado Cirone, todos que falaram dessa questão dos mototaxistas e também dos taxistas. Estou recebendo muitos pedidos de informações desse projeto dos mototaxistas, e acompanho de perto a categoria. Presidente Laerte, têm mototaxistas neste momento que estão com dificuldades de alimentar a sua própria família.

E a questão dos taxistas: eu recebi muita reclamação da fiscalização da Agero, da forma como a Agero está fazendo essa fiscalização, de uma forma muito bruta, muito forte. E realmente está tendo dificuldade, porque não está tendo ônibus. Então, os taxistas, como não podem transportar a totalidade do carro, estão cobrando o dobro da passagem. Então, isso está dificultando a população. Eu sei que vivemos numa situação de pandemia, uma situação preocupante, mas deixo essa fala aí para a Agero, para sensibilizar e, de repente, encontrar um caminho.

Mas eu venho aqui mais para parabenizar a todos os deputados que estão *on-line*, e principalmente Vossa

Excelência. Eu tenho certeza que ontem, quando eu usei a tribuna, talvez eu não tenha conseguido expressar a minha preocupação a esses projetos que tramitam, mas eu tenho certeza que Vossa Excelência foi sensibilizado e está aí fazendo esta votação histórica de forma *on-line*. Parabéns. Parabéns a todos os deputados.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado, Deputado Alex. Ontem eu conversei, para fazer esta Sessão, eu liguei para todos os deputados, para todos os deputados estaduais, para ver se todos concordavam, que eu só o faria se tivesse o consenso de todos parlamentares, como a gente tem se portado aqui. E o único deputado que eu liguei duas vezes para conseguir falar, Deputado Alex, foi Vossa Excelência - devia estar ocupado -, e aí não consegui falar. Mas com todos os demais deputados nós falamos ontem, e todos os deputados estaduais...

O SR. ALEX REDANO - Deputado Laerte, só esclarecer. É que o meu telefone foi hackeado e eu estou com um novo número, que é esse que está no grupo. Por isso que Vossa Excelência não conseguiu. Depois te dou um "oi".

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Gente, por favor, quem está no microfone, desligue o microfone ou vou ter que desligar aqui. Por favor. Eu estou com a palavra.

O SR. JAIR MONTES - Presidente Laerte. Deputado Jair Montes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Já lhe passo. Então, ontem todos nós... Eu liguei para todos os parlamentares, todos: os que estão aqui em Porto Velho, os que não estavam, para que esta Sessão fosse realizada.

Então, só para deixar registrado, que todos os parlamentares - acho que só não consegui falar com o Deputado Marcelo, porque estava fora de área e o Deputado... Mas falei à noite, mas falei à noite com o Deputado Marcelo. Mas à tarde eu liguei para todos os deputados e todos concordaram. Então, só para o Deputado Jair Montes, que está com o Governador, para a gente poder avançar na matéria agora. Deputado Jair.

O SR. JAIR MONTES - Presidente Laerte, o Governador está aqui ao meu lado e falou o seguinte: "Deputado, palavra dada é palavra cumprida." O que ele está falando aqui? Recebeu o encaminhamento já lá da Sesdec, encaminhou esse encaminhamento à Sefin. A Sefin vai dar a palavra técnica para o Governador. Se não tiver impacto nenhum na folha, o Governador encaminha para a Assembleia. Agora precisa da palavra técnica da Sefin. Foi para a Sefin hoje pela manhã. Então, o Secretário Luís Fernando deve dar esta semana o posicionamento para o Governador se tem impacto ou não. O Dr. Hélio, que é o Adjunto da Sesdec, que é policial civil, delegado, ele encaminhou um documento que não tem impacto. Mas o Governador falou: "estou mandando para a Sefin, e a Sefin me dá a palavra final". Está certo?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Está certo. Beleza. Vamos passar para o Deputado Crispin, depois é que vamos voltar na matéria, a gente delibera. Mais algum deputado?

O SR. ADELINO FOLLADOR - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Questão de Ordem concedida. Pode falar.

O SR. ADELINO FOLLADOR - Presidente, eu quero também me posicionar, parabenizar o Governador se ele assumir o compromisso de atender a Polícia Civil que **(falha no sinal de internet)** assumiu o compromisso e a Polícia Civil precisa ser lembrada e com certeza o Deputado Crispin pediu vista. Estamos a favor da Polícia Militar, do pessoal da Reserva, mas também eu queria deixar minha posição aqui: a necessidade de a gente lembrar da Polícia Civil em todos os momentos, porque a Polícia Civil foi esquecida muitos anos. Então, com certeza, falar com o Governador, e eu acho que esse projeto se não tiver o parecer hoje, deixa para votar terça-feira, nós votamos terça-feira, e votamos já tudo certinho, porque eu acho que isso é muito importante. Eu acho que esse projeto, se não tiver parecer hoje, deixa para votar terça-feira. Nós votamos terça-feira e votamos já tudo certinho, porque acho que isso é muito importante.

O projeto da SEAS com esse compromisso do Governador para eu analisar esse recurso que o senhor citou, Presidente, lá do Detran, se puder favorecer os mototaxistas.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Gente, vamos deliberar a matéria e, depois de a gente entrar nessa matéria, nós discutimos mais ela.

Algum deputado tem objeção de votar a Mensagem 58, do Projeto de Lei 508/2020? Todos os deputados ok? Então vamos votar.

Em discussão o parecer do nobre deputado Luizinho Goebel. Não havendo discussão o parecer, com emenda. Existe uma emenda aqui dentro colocada pelo Deputado Ismael Crispin. É isso, Deputado Ismael Crispin?

O SR. ISMAEL CRISPIN - Isso. Tem aquela questão dos Bancos, inclusive com acordo do Governador aí.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Ah, tá. Então é sem emenda? Foi retirada a emenda, não é?

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Exatamente. Porque senão votaríamos em destaque e ia analisar pelo plenário.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Certo, certo.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Não, não, não!

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Sem emenda.

O SR. ISMAEL CRISPIN - Não! Senhor Presidente, a emenda que nós indicamos, a manifestação do Governador, inclusive, foi de forma positiva, que é uma proteção aos beneficiários, para que as entidades bancárias não lancem

mão desse recurso para poder receber débito, se caso, eventualmente, um beneficiário venha a ter.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Então está certo, com a emenda do Deputado Ismael Crispin. Não havendo discussão, em votação o parecer do nobre Deputado Luizinho Goebel. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação, o Projeto de Lei nº 508/2020, com emenda, de autoria do Poder Executivo. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria.

O SR. CHIQUINHO DA EMATER - Presidente, por favor. Eu queria aproveitar o momento que está lá o Governador e pedir para ele, já que ele assinou o projeto com a Sedam, da Resex Jaci-Paraná, que ele encaminhe a esta Casa o mais rápido possível. É um projeto importante para o desenvolvimento do estado de Rondônia, onde está Minas Novas, a Resex Bandeirantes, está ali a questão de Guajará-Mirim. É um projeto muito importante para todos nós, para o estado de Rondônia. Queria aproveitar o Governador, que está aí nos assistindo, que ele pudesse mandar para esta Casa esse projeto ainda hoje para posterior votação nossa aqui, para podermos discutir o zoneamento. Porque só podemos votar o zoneamento depois que votar essa questão da Resex.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Próxima matéria, Senhor Secretário. Está registrado o pleito do deputado Chiquinho da Emater.

O SR. DR. NEIDSON - PROJETO DE LEI 530/2020 DO PODER EXECUTIVO/MENSAGEM 59. Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor de R\$ 191.307.252,67, e crédito adicional especial por superávit financeiro, até o valor de R\$ 4.058.757,40, e cria Ação na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde - FES.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - A matéria está sem parecer da CCJ. Solicito ao Deputado Anderson para proceder ao parecer.

Enquanto o deputado Anderson vai à tribuna, eu só queria registrar aqui o compromisso e agradecer, senhores deputados, em nome de todos os deputados estaduais, porque isso é uma ação coletiva, agradecer ao Governador do Estado, Marcos Rocha, que ontem deu a palavra e se comprometeu em priorizar o credenciamento da UTI Neonatal do município de Ouro Preto. O Governador assumiu o compromisso pessoalmente que vai cadastrar seis leitos de UTI Neonatal no município de Ouro Preto. De cada 100 crianças, deputados, que nascem no interior e que precisam de UTI Neonatal em Rondônia, só 30 sobrevivem. Nós temos leitos de UTI Neonatal em Ariquemes e Porto Velho, nos demais municípios do interior do Estado não tem. E é uma briga que nós temos tido desde dezembro e já poderia isso ter sido feito lá atrás, mas o Governador ontem assumiu o compromisso que vai priorizar, porque é uma questão de saúde pública, é uma questão importante para o Estado de

Rondônia. Em Ji-Paraná nós não temos, não existe UTI Neonatal. A região Jaru não tem. A região Ouro Preto vai atender toda aquela grande região de Ji-Paraná que é a segunda maior região do Estado de Rondônia.

Se puder desligar os microfones, senhores deputados que estão por videoconferência, porque tudo o que vocês falam e mexem aí, vaza aqui no plenário, vaza nas redes sociais. Então, vamos desligar os microfones.

Deputado Luizinho.

O SR. LUIZINHO GOEBEL - Presidente, só uma Questão de Ordem para falar sobre esse tema que o senhor está falando das UTIs na cidade de Ouro Preto, principalmente a UTI Neonatal. Nós estamos na ponta do Estado, no Cone Sul de Rondônia e, infelizmente, nós não temos UTI Neonatal nem na rede pública, nem na rede privada. Mas, eu sei das muitas e muitas vezes que nós somos procurados por familiares, por pais, por mães, pedindo socorro para salvar a vida de um recém-nascido, para salvar a vida de uma criança com poucos dias ou meses de vida e, infelizmente, a gente não consegue porque muitas vezes os leitos das UTIs aqui de Porto Velho, de Ariquemes estão lotados. Então, é muito importante essa ação do Governo do Estado. É muito importante esse pleito que o senhor tem feito ao Governo do Estado, porque em um momento que todo mundo busca se resguardar, busca salvar vidas, busca se cuidar para não ficar doente e para, muito menos precisar, não é nem uma UTI completa, simplesmente um respirador. O mundo inteiro está assim. Pessoas que têm grande poder aquisitivo, pessoas que não têm e aí muitas vezes nós estamos com a possibilidade de ter uma UTI Neonatal nas mãos e não temos.

Então é importante e é importante, por quê? Porque em Vilhena nós temos 10 leitos de UTI adulta pública e só eu sei, Deputado Ezequiel que é da região, Deputada Rosângela que é da região, Deputado Chiquinho que é da região, nós podemos atestar todos os dias, quantas e quantas e quantas vidas foram poupadas, quantas pessoas foram salvas porque nós temos esses leitos de UTI? Então só queria dizer da importância que tem de o governo contratar esses leitos de UTI. Por quê? Porque mesmo as 10 adultas que nós temos em Vilhena, Pastor Alex, nunca elas deixaram de estar lotadas todo tempo. Elas sempre estão lotadas. E, naturalmente, que se contratar essas UTIs Neonatal eu sei que elas também, provavelmente, estarão sempre lotadas, mas eu também tenho a certeza que muitas vidas serão poupadas.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Presidente, Questão de Ordem antes do Deputado Anderson inicie.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA - Só para eu aproveitar a situação do Deputado Jair Montes. Deputado Jair Montes, você está do lado do Governador, nós estamos falando de uma causa aqui muito sensível aqui e muito séria. A lei que o Congresso Nacional votou ontem, finalizou no Senado, ela é explícita e muito clara: nenhuma categoria vai ganhar aumento, exceto aquelas que estão diretamente ligadas ao combate da Covid-19. Ou seja, os policiais militares inativos e pensionistas não estão enquadrados nesta tese aí. Se o Presidente sancionar a lei até segunda-feira,

terça-feira acabou, nós podemos aprovar a lei na terça-feira aqui que não vai alcançar mais os pensionistas e os policiais militares inativos. Eu quero que o governador, Governador, se possível, a sensibilidade agora está com o senhor haja vista o pronunciamento do Deputado Crispin, que o senhor reafirme o compromisso de estar encaminhando para esta Casa de Leis até na segunda-feira, terça-feira, esse projeto da Polícia Civil também, já que esse projeto não contempla aumento e assim o Deputado Crispin abriria mão de sua vista e nós votaríamos hoje o VPNI e não deixaria os policiais da Reserva e pensionistas no prejuízo daquilo que eles já tinham até o mês passado.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Fúria.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Senhor Presidente, eu quero parabenizar Vossa Excelência com relação à questão das UTIs Neonatais da cidade de Ouro Preto, eu estive lá conhecendo a estrutura. Realmente, uma estrutura fantástica, equipamentos novos que ainda está à disposição da população, porém não tinha ainda essa parceria com o Estado de Rondônia e o governador sinalizando essa parceria, com certeza vai atender toda aquela regional de Ji-Paraná. Aquilo que o senhor bem colocou, muitas crianças ali ficam aguardando ser encaminhadas, ou para a cidade de Porto Velho, às vezes até mesmo para Ariquemes aonde existe o contrato do Governo do Estado. Eu quero parabenizar Vossa Excelência e tomara Deus que realmente seja concretizada essa parceria o mais rápido possível.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado, Deputado Fúria. Com certeza vamos...

O SR. ALEX REDANO - Gostaria de uma Questão de Ordem, por favor.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Com certeza vai Deputado Fúria, porque o Governador deu a palavra dele e eu acredito na palavra do Governador e que isso, mais rapidamente possível, eu acredito que até a semana que vem, só falta, me parece, a reunião do Conselho para a gente poder efetivar esses leitos de UTI no município de Ouro Preto, que é para atender a nossa população.

Deputado Alex Redano.

O SR. JHONY PAIXÃO - Senhor Presidente, depois do Deputado Alex Redano eu gostaria de fazer uma Questão de Ordem.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Alex Redano, depois Deputado Jhony.

O SR. ALEX REDANO - Senhor Presidente, nobres companheiros, eu venho aqui manifestar aqui a importância dessa UTI Neonatal de Ouro Preto. Aqui em Ariquemes foi uma grande luta e, graças a Deus tem a UTI Neonatal aqui em Ariquemes, que não dá conta de atender a demanda do Estado. Vidas de crianças, de recém-nascidos estão perdidas porque falta UTI Neonatal no Estado.

Eu tenho acompanhado a luta de Vossa Excelência desde dezembro, em prol da UTI Neonatal de Ouro Preto. Então eu quero aqui parabenizar Vossa Excelência por essa luta, por essa conquista e nós sabemos que o nosso Governador é um homem de palavra e com certeza será cumprido esse compromisso da UTI Neonatal de Ouro Preto.

Então, eu venho aqui manifestar os meus parabéns por essa luta incansável de Vossa Excelência. Meus parabéns.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado, Deputado Alex Redano. E como o Deputado Alex falou, ele sabe da importância de Ariquemes. E a gente, só para deixar a nossa população esclarecida, o que a gente está lutando é para que o SUS atenda, que esses leitos de UTIs sejam atendidos pelo SUS, principalmente para as famílias mais carentes e mais necessitadas. Hoje existem os leitos de UTI lá, mas só no privado ou no plano de saúde.

Deputado Jhony Paixão, pode falar.

O SR. JHONY PAIXÃO - Presidente, na verdade, somente parabenizar Vossa Excelência pela luta. A gente tem visto que realmente vai beneficiar mais de dezessete municípios que são atendidos na região central do Estado em Ji-Paraná. Então inicialmente parabenizar pela luta, pela conquista. Quem ganha com isso é a população do Estado de Rondônia e, em especial, esses dezessete municípios.

Deixar, também, Presidente, externado a preocupação com a Mensagem 70 do VPNI. Tão logo o Governador faça esse compromisso para honrar esse compromisso que foi feito com o Deputado Ismael Crispin. Nós sabemos que ele é um Governador "prego batido, ponta virada", que possa

realmente dar celeridade na discussão para nós podermos trazer tranquilidade para aqueles policiais militares, aqueles combatentes, aqueles veteranos que já deram sua parcela de contribuição para a sociedade em prol da nossa segurança pública. Alguns deles já não estão mais entre nós, morreram no seu estrito cumprimento de dever legal, porém as suas famílias dependem disso, dependem desse recurso.

Então, gostaria que tivessem essa sensibilização neste momento para que nós pudéssemos trazer tranquilidade àqueles que já cumpriram a sua missão aqui no Estado de Rondônia e que nesse momento se deleitam nessa aposentadoria para que possam trazer a tranquilidade em prol de uma missão que já foi cumprida.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado, Deputado Jhony Paixão. E fica registrado o seu pleito.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Cirone Deiró.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Quero parabenizar, Presidente, pela sua luta em relação às UTIs Neonatais. E eu tenho falado com o Secretário de Estado da Saúde, com o Governador, inclusive, passei uma relação de demandas referente à segunda região de atendimento da saúde do Estado de Rondônia. Mas ontem eu fui surpreendido, Presidente, que o Estado, cada vez mais, esvazia o

atendimento da prestação de serviço na saúde pública nos hospitais regional e Heuro aqui em Cacoal.

Eu, ontem, fui informado que está se encerrando o convênio que o Governo do Estado tem com a ASDAC (Associação São Daniel Comboni), o Hospital Regional de Cacoal tem com a ASDAC, para atendimento na oncologia infantil. Isso é um atraso. Nós temos que fortalecer esses hospitais. Nós temos estrutura física, tanto no Heuro quanto no Regional, e o serviço cada vez mais esvaziando, levando para a capital.

Então, o Governador está participando dessa Sessão *on-line* hoje. Governador, nós precisamos olhar com carinho. Nós precisamos fortalecer essa macro região, a segunda região do Estado no atendimento à saúde. Nós temos estrutura física, o prédio é grande, precisamos reformar ele, as questões do ar-condicionado, e trazer mais serviço para cá. Nós estamos mandando pessoas, toda semana, muitas pessoas para a capital, onde poderiam ser atendidos aqui em Cacoal com exames, com atendimentos, e não tirar esse serviço daqui. Já foi tirado o serviço de cardiologia, agora estão tirando o serviço de oncologia.

Então, peço aí, Presidente - eu sei que o senhor é uma pessoa sensível -, que nos ajude nessa luta aqui de fortalecer o Hospital Regional de Cacoal e o Hospital Heuro, que é de emergência e um de urgência e de emergência. Muito obrigado, Presidente.

O SR. ALEX SILVA - Senhor Presidente, Questão de Ordem, rapidinho.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Eu vou dar essa Questão de Ordem e nós já vamos deliberar a matéria, tá?

O SR. ALEX SILVA - É só para fazer uma observação. As pessoas estão, alguns pais e alunos aqui estão me questionando em relação ao projeto da redução, que é via de ser votado na quarta-feira, como o senhor bem propôs, mas só para avisá-los que esse projeto vai ser pautado na terça-feira. Em conversa com o senhor ontem, o senhor se comprometeu. E também dizer para os pais e alunos, que tanto pelas redes sociais estão nos cobrando, aqui também pelo whatsapp, que houve um diálogo por meio do Deputado Adailton Fúria com o Sindicato, e foram feitos alguns ajustes no projeto para que ninguém fosse prejudicado - nem as faculdades nem as escolas, mas como também nem os pais nem os alunos, que estão sofrendo neste momento de pandemia.

Então, terça-feira será votado esse projeto aqui nesta Casa, às 15 horas, a Sessão. Então desde já eu quero dar essa satisfação aqui para as pessoas que estão nos assistindo aqui, também pela página aqui da própria Assembleia Legislativa.

O SR CHIQUINHO DA EMATER - Presidente, Questão de Ordem. Eu queria, também, já que estamos voltando à questão da saúde, Deputado Dr. Neidson, a questão do Hospital de Guajará-Mirim, que é muito importante para aquela região. Tem o compromisso lá do Secretário de terminar aquela obra. O Deputado Dr. Neidson, que foi nosso comandante naquela reunião lá no Tribunal de Contas. Mas nós queremos cobrar de novo. Não podemos deixar aquela obra, 85% já pronta, ficar lá abandonada.

Quero, também, lhe parabenizar pelo projeto de Ouro Preto, que vai atender toda aquela grande região central, como também o Estado de Rondônia. E pedir ao Deputado Jair Montes: "Jair, você que está aí com o Governador, procure para ele se vai encaminhar o projeto hoje, da Resex Jaci-Paraná", que é muito importante para o Estado de Rondônia.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Eu vou colocar o Deputado Anderson Pereira para relatar a matéria agora, senão vai cansar lá. Para relatar a matéria, Deputado Anderson.

O SR. JAIR MONTES - Deputado Laerte, Questão de Ordem. Deputado Jair Montes.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Só um momentinho. Pode relatar a matéria.

O SR. ANDERSON PEREIRA - Até informar ao Deputado Dr. Neidson e Deputado Chiquinho da Emater, que citou o Hospital de Guajará-Mirim, eu solicitei informações, através da nossa assessoria, à Secretaria de Saúde e a informação é: tem recurso, já, garantido, para a conclusão daquela obra. Agora é contratar empresa, fazer os procedimentos que têm de ser feitos. Se já tem recurso, a gente tem de usar o recurso. Inclusive eu encaminhei essas respostas para a Comissão de Saúde desta Casa.

Autor: Poder Executivo/Mensagem 59, Projeto de Lei nº 530/2020, que "Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro, até o valor

de R\$ 191.307.252,67, e crédito adicional especial por superávit financeiro, até o valor de R\$ 4.058.757,40, e cria Ação na Unidade Orçamentária: Fundo Estadual de Saúde - FES”.

O nosso parecer é pela legalidade e constitucionalidade da matéria. Ela se encontra com a planilha orçamentária, com a nota técnica, então a Mensagem legal e nosso parecer é favorável pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissões pertinentes, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em discussão o parecer do nobre Deputado Anderson Pereira. No Projeto de Lei 530/2020. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Está aprovado o parecer.**

Em primeira discussão e votação o Projeto de Lei nº 530/2020 de autoria do Poder Executivo, Mensagem 059.

O SR. DR. NEIDSON (2º Secretário) - Para discutir.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Para discutir, Deputado Dr. Neidson.

O SR. DR. NEIDSON (2º Secretário) - Nós estamos votando hoje aqui, R\$ 195 milhões para o Fundo Estadual de Saúde e eu gostaria de falar já, diretamente ao Governador do Estado, que está junto com o Deputado Jair Montes, que nós temos grande dificuldade aqui para marcarmos uma reunião com o Governador. Eu conversei com o Governador no

seu Gabinete, uma vez, desde o início do mandato, Governador. Eu acredito que essa burocracia tem de ser diminuída também, principalmente para os parlamentares.

Esta votação aqui é de suma importância. Nós temos aqui mais uma conquista que é a UTI Neonatal lá de Ouro Preto do Oeste e eu quero cobrar aqui do Governador e quero pedir até o posicionamento aqui do Governador. Qual é o seu posicionamento com relação ao Hospital de Guajará-mirim? Eu tenho aqui, foram gastos R\$ 10 milhões, temos um saldo remanescente de R\$ 1 milhão 771 mil na Caixa do Governo Federal e qual é o posicionamento do Governador com relação a conclusão dessa obra e a gestão do Hospital? Nós tivemos vários outros governos, nós tivemos na época do Governador Confúcio Moura. Não conseguiu concluir o hospital; Daniel Pereira não conseguiu concluir o hospital e agora vem na sua gestão.

Então, qual o seu posicionamento em relação à questão da conclusão da obra e a gestão do hospital de Guajará-Mirim, que a população está pedindo socorro, lá naquela região, e os casos estão aumentando cada dia mais?

O SR. ADAILTON FÚRIA - Questão de Ordem, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Jair Montes. E depois Deputado Fúria.

O SR. JAIR MONTES - Deputado, eu posso colocar o Governador?

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Pode.

O SR. MARCOS ROCHA - Deputado Dr. Neidson e a todos os deputados. Tudo bem, mais uma vez? A questão é a seguinte: a questão do hospital de Guajará-Mirim, acho que não só de Guajará-Mirim, mas também o de Ariquemes, foram obras que foram deixadas inacabadas, e nós entramos no ano passado sem recurso financeiro. O objetivo é concluir a obra. Agora tem um detalhe e eu já repito aqui: é importante que essa obra seja, porque nós não temos profissionais, não temos profissionais. É importante que seja, que haja conjunto, parceria entre o Estado e a Prefeitura. Isso eu disse várias vezes. Eu vi alguns vídeos, inclusive de autoridades de Guajará-Mirim, dizendo: "não, quem construir tem que botar todo mundo para funcionar, tem que ter pessoal". Não é assim. A gente tem de trabalhar em conjunto. O objetivo é concluir essa obra, sim, mas trabalhando em conjunto. Porque enquanto isso não estiver alinhado e entendido entre o Prefeito e o Governo do Estado, fica complicado. Se eu já tenho necessidade de médicos para atender em outros lugares onde já tem hospital, e vou levar, vou contratar para botar em Guajará-Mirim também, então a gente tem que ter o bom senso nesse momento, que é lógico que eu quero atender, mas aí tem que atender em conjunto. E sendo sincero aqui: eu jamais - repito - eu não quero deixar obras para concluir depois, porque depois joga para o barco do outro. Não é? Eu quero concluir as obras que eu for fazer dentro desse governo. E essa é a ordem que eu tenho dado aqui. Então, eu recebi essa questão e a gente vai cuidar.

Agora, o senhor sabe bem, Deputado, que o ano passado nós entramos no Estado, o Executivo tinha R\$ 420 milhões abaixo do orçamento necessário para funcionar. Além disso, um teto dos gastos para cumprir. Uma série de questões a

cumprir - não é? -, que impediu, inclusive, a aplicação em vários lugares que eu gostaria de fazer, que inclusive os senhores também têm interesse, porque nós conversamos. Então, agora em relação ao atendimento, não tem dificuldade não. Eu estou aqui com o Deputado Jair Montes. É só vir aqui que eu atendo. Não tem nenhuma não, Deputado. Pode vir que eu atendo. Se quiser vir agora aqui, eu estou aqui também, está bom?

Sim, a Reserva de Jaci-Paraná. Quanto à Reserva de Jaci-Paraná, é verdade. Eu conversei durante a campanha com as pessoas que moravam lá, e eu vi pessoas chorando, desesperadas. E aí, desde lá, eu vim trabalhando junto com a Sedam e até com o apoio de vários dos senhores, dando sugestões, para saber como fazer ali, como fazer aquilo ali funcionar.

Então assim, nós conseguimos concluir o estudo de Jaci-Paraná. E ali foi trabalhado com tanta atenção que o próprio Ministério Público participou disso. Ele participou dessa questão justamente para que a gente não colocasse nada que pudesse atrapalhar tudo. Então, a minha preocupação é, caso os deputados assim entendam, de aprovar esse PL que nós colocamos porque ele vai atender verdadeiramente a muita gente, muita gente. São milhares de pessoas ali. Se a gente tentar incluir outras áreas, pode acontecer o que aconteceu lá atrás, de tentar fazer mais do que neste momento é possível, e atrapalhar as pessoas que já serão beneficiadas com esse projeto. Então, é nessa condição. Aí, Deputado Dr. Neidson, o senhor sabe. Estou à disposição aqui a hora que precisar.

O SR. DR. NEIDSON - Obrigado, Governador. Mas só para concluir também, complementar. Nós temos aí algumas atas de

audiências públicas realizadas já com a Prefeitura de Guajará-Mirim, Nova Mamoré e o Governo do Estado, que as prefeituras também vão disponibilizar funcionários no funcionamento do hospital. Já temos acordos já anteriores, que é uma gestão compartilhada, além do Governo federal do repasse que tem com o Governo do Estado.

Então, eu acredito que, neste momento, até na reunião anterior que nós tivemos no Tribunal de Contas, eu me disponibilizei em colocar emendas, o Deputado Chiquinho, o Deputado Jair, o Deputado Ezequiel Neiva também, para conclusão da obra. Nós temos um milhão, setecentos e setenta e um mil do Governo federal, a gente coloca o restante para que dê celeridade. Nós temos um parecer aqui da Procuradoria-Geral do Estado que recomenda que seja ou licitado ou por inexigibilidade.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Para concluir, Deputado.

O SR. DR. NEIDSON - Então, eu peço a Vossa Excelência, Governador, que possa dar uma atenção especial aí ao Hospital de Guajará-Mirim para que nós possamos concluir essa obra e botar em funcionamento para atender toda a nossa região. Esse é um pedido meu aqui, particular. E muito obrigado pela resposta.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Então nós vamos deliberar a matéria. Só para tratar do... Ontem eu estive com o Governador.

O SR. LEBRÃO - Questão de Ordem, senhor Presidente. Solicitando registro de presença do Deputado Lebrão.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Deputado Eurípedes Lebrão Clemente. Está registrado, Excelência.

Só para colocar, ontem eu estive com o Governador, nós conversamos por um longo tempo, eu e o Governador. E uma das questões que nós tratamos, Deputado Dr. Neidson, foi justamente isso: a necessidade. E o Governador se colocou à disposição... A necessidade de o Governador atender e conversar com os deputados. A gente sabe da agenda do Governador, que não é fácil, mas é muito importante dialogar, conversar, discutir, ouvir as ideias dos parlamentares, as cobranças, o Governador também, da mesma forma. Então, o Governador se colocou à disposição de estar atendendo os deputados, dialogando com os deputados, porque eu acho que isso é importante, Deputado Chiquinho. É importante porque cada deputado conhece a sua região e pode levar as reivindicações ao Governador.

Deputado Fúria, 1 minuto e nós vamos deliberar a matéria.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Questão de Ordem, Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Vossa Excelência, como Presidente da Comissão de Saúde de Cacoal, tem 1 minuto para comentar a matéria.

O SR. ADAILTON FÚRIA - Senhor Presidente, 1 minuto eu não consigo falar não, porque realmente as demandas são muitas, e eu quero aproveitar a presença do Governador aí

acompanhando a Sessão *on-line* e pedir um olhar diferenciado, principalmente, Senhor Presidente, com essa autorização que a Assembleia dá para gastar esses milhões aí com a saúde do Estado de Rondônia, que tenha um olhar para a 2ª Macrorregião, que é Cacoal. Nós temos aqui realmente uma situação de abandono no Hospital Estadual, no sentido de que, na parte estrutural, hoje o hospital, nós temos um orçamento entregue ao Estado de quase 1 milhão e meio de reais, para resolver a questão dos climatizadores, do ar-condicionado do hospital, que vários leitos não têm climatização, e justamente alguns leitos destinados ao Covid-19, que é a atuação direta do hospital.

Nós temos também hoje a parte ambulatorial do hospital que está parada, devido aos servidores médicos estarem à frente do Covid. Então, nós precisamos ter um olhar também, porque não é só o Covid-19 que está matando gente não. Têm pessoas hoje batendo as portas dos hospitais do Estado pedindo um atendimento, pedindo ali de fato que sejam atendidas por outras causas, como câncer, como outras situações que realmente hoje nós não temos atendimento. Então, fica também esse pedido nesse sentido.

Nós temos aqui no Hospital Regional de Cacoal 7 equipamentos de UTIs Neonatais. Desde o ano passado que eu venho tentando trabalhar com a Sesau para que eles coloquem esses leitos de UTI Neonatal para funcionar aqui na cidade de Cacoal. Nós tivemos um óbito agora de uma criança, essa semana, que ficou aguardando uma vaga de UTI em Porto Velho. Nós tivemos uma outra situação que precisou entrar em contato com o Secretário para resolver, porque tinha uma segunda criança também aguardando ser encaminhada para UTI em Porto Velho. Então, são situações que, já que Cacoal é uma segunda macrorregião de saúde, que seja considerada

realmente como uma segunda macrorregião. As portas do centro cirúrgico do Hospital estão caindo aos pedaços.

A gente precisa, imediatamente, de uma ação do Estado para resolver essas demandas cotidianas do Hospital de Cacoal. O Hospital Heuro que atende aqui cerca de 500 mil pessoas nessa macrorregião também, inclusive, pacientes da cidade de Vossa Excelência, Presidente, da cidade de Ji-Paraná, que são encaminhados para o Hospital Heuro aqui de Cacoal, que está sobrecarregado, falta de servidores.

Então, a gente precisa, já que vão liberar esses milhões, que eles tenham um olhar diferenciado para essa segunda macrorregião de saúde, porque realmente ela está suportando uma carga exaustiva, porque realmente de Jaru ao Cone Sul a referência hoje é Cacoal. A gente precisa desse olhar diferenciado, Governador. Dê um olhar diferenciado, determine que seja feito um levantamento de todas essas cidades, dos nossos servidores aqui dessa regional de Cacoal, dos hospitais, ouça os técnicos de saúde para que, de fato, a gente possa encaminhar para não ter óbitos para frente com relação à falta de estrutura em Cacoal.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Obrigado, Deputado Fúria. Encerrada a discussão da matéria.

Em primeira votação o Projeto de Lei 530/2020 de autoria do Poder Executivo, Mensagem 59. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai à segunda votação.**

Próxima matéria.

O SR. DR. NEIDSON (2º Secretário) - REQUERIMENTO DE DISPENSA DE INTERSTÍCIO DO DEPUTADO DR. NEIDSON. Requer à Mesa, nos termos do parágrafo único do artigo 199, do Regimento Interno, que seja dispensado interstício regimental para apreciar em segunda discussão e votação o Projeto de Lei 479/2020, Projeto de Lei 508/2020 e o Projeto de Lei 530/20.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Em discussão o Requerimento de dispensa de interstício de autoria do Deputado Dr. Neidson, Projeto de Lei 479/2020, Projeto de Lei 508/2020 e Projeto de Lei 530/2020. Não havendo discussão, em votação. Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado. Vai ao Expediente.**

Próxima matéria.

O SR. DR. NEIDSON (2º Secretário) - Não há mais matéria, Senhor Presidente.

O SR. LAERTE GOMES (Presidente) - Não havendo mais matéria, não havendo nada a tratar, invocando a proteção de Deus e, antes de encerrar a presente Sessão, convoco Sessão Extraordinária para, em seguida, apreciar as matérias constantes na pauta.

Está encerrada a Sessão.

(Encerra-se esta Sessão às 11 horas e 09 minutos)

(Sem revisão dos oradores)